MENSAGEM Nº 09

Senhores Vereadores,

O presente Projeto de Lei que ora remetemos à alta apreciação desta Egrégia Casa Legislativa, dispõe sobre necessidade de permissão de uso, a título gratuito e precário, com dispensa de processo licitatório, de bem imóvel público, com interesse social, ao Rotary Clube de Marmeleiro.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência e aos demais Pares votos de elevado e distinta consideração.

Marmeleiro, PR, 26 de março de 2024.

PAULO JAIR PILATI
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº 15 /2024

Concede permissão de uso de bem público a título gratuito e precário.

PAULO JAIR PILATI, Prefeito Municipal de MARMELEIRO, Estado do Paraná, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município autorizado, nos termos do § 3º, do artigo 87, da Lei Orgânica Municipal, em conceder a permissão de uso, a título gratuito com dispensa processo licitatório, ao ROTARY CLUBE DE MARMELEIRO – CNPJ/MF nº 11.064.806/0001-60, o bem imóvel públicos – sem denominação especial, constituído pela Edificação em alvenaria, Cadastro Municipal 2334, com a área 330,16m², situada anexo ao Módulo Esportivo Wilson Henrique, Rua Deonísio Sedor, s/nº, bairro Santa Rita, Lote nº 02, da Quadra nº 24, objeto da Matrícula nº 0000 do Registro de Imóveis desta Comarca de Marmeleiro, PR.

Art. 2º A outorga a que se refere a permissão de que trata a presente Lei, no interesse público, se dará pelo prazo de até 5 (cinco) anos, contados da data de assinatura do respectivo termo de permissão.

Art. 3º A permissão de uso concedida nos termos desta Lei tem por finalidade a utilização do bem público descrito no artigo primeiro, exclusivamente, para as atividades educativas e de interesse social, bem como, a conservação e guarda de bens móveis disponibilizados em ações de assistência social, tais como, cadeiras de rodas, próteses, etc.

Art. 4º O permissionário é exclusivamente responsável:

I- por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica para a autorização junto aos órgãos competentes para utilização do bem no desempenho de suas atividades.

II- pela segurança patrimonial, manutenção e limpeza e conservação do bem recebido para o uso, bem como encargos, devendo mantê-lo em condições adequada de limpeza e a conservação.

III- pelas despesas com manutenção e conservação do bem, não cabendo qualquer indenização ou compensação a permissionária quando ocorrer o término da permissão por qualquer motivo.

IV- em responder por si, por prepostos e empregados, por atos dolosos ou culposos, praticados contra o Permitente, usuários ou terceiros, arcando com a integral reparação de eventuais danos que venham ocorrer durante a vigência da permissão de direito real de uso do imóvel.

Art. 5º É vedado ao permissionário:

I- a utilização em destinação não prevista neste termo de autorização;

II- transferir, ceder, emprestar, ou locar a terceiros os espaços objeto desta autorização;

III- alterar a destinação permitida sem autorização prévia e expressa do Município.

Art. 6° O descumprimento das condições estabelecidas nesta Lei implicará na automática extinção da permissão de direito de uso, com reversão do bem ao patrimônio do Município, sem quaisquer ônus para a municipalidade.

Art. 7º A permissão administrativa poderá ser objeto de rescisão antecipada, mediante distrato e/ou rescisão unilateral por iniciativa da Administração Pública Municipal, observado o interesse público.

Art. 8º As despesas decorrentes da presente permissão correrão por conta do permissionário.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Marmeleiro, PR, 26 de março de 2024.

PAULO JAIR PILATI
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 15 /2023.

Trata-se de permissão de bem imóvel, com fundamento no § 3º, do artigo 87, da Lei Orgânica Municipal, pelo qual fica autorizado o uso do bem pelo ROTARY CLUBE DE MARMELEIRO – CNPJ/MF nº 11.064.806/0001-60, pelo prazo de 5 (cinco) anos, mediante as disposições constante do presente projeto de lei.

Sabemos que o Rotary Club é uma entidade sem fins econômicos e de utilidade pública reconhecida através da Lei Federal nº 5.575/1969, bem como pela Lei Municipal nº 2.665, de 08 de junho de 2020, e possui natureza associativa fundamentada no Código Civil Brasileiro, com atividades de interesse social, fundada com o objetivo de unir a comunidade rotariana para reuniões e atividades socioculturais, bem como manutenção dos projetos humanitários do Rotary Internacional.

Para tanto, sugere-se neste projeto de lei, permitir ao Roraty Clube de Marmeleiro, a realização de reuniões com os associados, bem como, a guarda e conservação de bens que são disponibilizados em empréstimos a comunidade, especialmente a mais vulnerável, como cadeiras de rodas, próteses, etc.

Vê-se, portanto, atender os requisitos legais para a permissão de uso, por se tratar de interesse social, considerando os benefícios revertidos a população. Ademais, se trata de permissão em caráter precário e temporário.

Diante dos argumentos apresentados, aguardamos a aprovação da presente proposição após a criteriosa análise dos Nobres Edis, considerando a necessidade de continuidade dos serviços prestados.

Marmeleiro, PR, 26 de março de 2024.

PAULO JAIR PILATI
Prefeito Municipal

Ofício nº 188/2024 **Marmeleiro, datado e assinado eletronicamente.**

Senhor Prefeito,

Senhor Presidente,

Considerando o pedido de anuência, formulado pelo Prefeito de Marmeleiro, para o envio de Projeto de Lei à Câmara Municipal de Vereadores, com o propósito de requerer a permissão de uso, a título gratuito e precário, com dispensa de processo licitatório, de bem imóvel público, com interesse social, ao Rotary Clube de Marmeleiro, nos termos do § 3ª do artigo 87 da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a solicitação, formulada pelo Rotary de Marmeleiro, de emissão de parecer favorável à concessão de permissão de uso, pela Prefeitura de Marmeleiro ao Rotary Clube de Marmeleiro, de forma gratuita, da unidade 01 do módulo esportivo, salão da antiga Avemar, da Quadra 024, Lote 002, localizado na Rua Deonísio Sedor, bairro Santa Rita;

Esclarece-se que não há previsão legal para que o Ministério Público emita pareceres para associações ou para autorizar a realização de atos que são de competência do Município, inclusive recaindo sobre a discricionariedade da Administração Pública.

Assim sendo, não cabe a este agente ministerial emitir parecer e/ou anuir com a realização de permissão de uso de bem público pela Municipalidade.

Entretanto, se a permissão for realizada em razão de casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, conforme disposto no artigo 73, § 10, da Lei nº 9.504/97, o **Ministério Público**

não vê óbice à realização do ato, desde que respeitadas as demais disposições legais sobre o tema e os princípios administrativos.

Cordialmente,

ARTHUR JONAS MENDONCA E ARAUJO

Assinado de forma digital por ARTHUR JONAS MENDONCA E ARAUJO
Dados: 2024.03.15 13:58:28 -03'00'

ARTHUR JONAS MENDONÇA E ARAÚJO

Promotor de Justiça

Senhor
PAULO JAIR PILATI
Prefeito Municipal
Marmeleiro/PR

Senhor
OSCAR SCPANIC BUENO
Presidente do Rotary Clube
Marmeleiro/PR

LAUDO DE AVALIAÇÃO

IMÓVEL: Edificação em alvenaria – Cadastro Municipal n° 2334, localizada junto ao Módulo Esportivo Municipal – Lote n° 02 da Quadra n° 24 do Loteamento Argemiro Maciel, com área de 330,16 m² (trezentos e trinta metros e dezesseis centímetros quadrados).
ENDEREÇO: Rua Deonísio Sedor s/n° – Bairro santa Rita, na cidade de Marmeleiro-PR.

INTRODUÇÃO

Designados através da portaria 7.235 de 03 de janeiro de 2024, a comissão para avaliação do bem imóvel é constituída dos servidores JOSÉ ALBERTO ADAM, fiscal tributário, TAMARA MARCULINA, assistente administrativo e NELSON RAMOS LEAL FILHO, fiscal de obras, para, sob a presidência do primeiro determinar o valor do imóvel em questão para fins de permissão de uso.

METODOLOGIA

Para o objeto em pauta, foram adotados os métodos de avaliação pela média dos valores da Tabela CUB do Sinduscon-Pr e de acordo com o Decreto Municipal 3.382/2022.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL

O imóvel se trata de uma edificação localizada na rua Deonísio Sedor s/n.°, com área de 330,16 m², construída em estrutura de concreto, com fechamento de alvenaria, piso cerâmico, forro pvc, esquadrias em ferro e vidro e cobertura fibrocimento.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 08/03/2024 08:38 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.atende.net/p65e3f8942eb13a
POR TAMARA MARCULINA - 098.715.759-04; EM 08/03/2024 08:38



Figura1: Localização Edificação.

AVALIAÇÃO

Para a avaliação do imóvel em questão, calculamos de acordo com tabela CUB do Sinduscon-PR e de acordo com o Decreto Municipal 3.382/2022.

PROJETOS - PADRÃO GALPÃO INDUSTRIAL (GI) E RESIDÊNCIA POPULAR (RP1Q)		
RP1Q	2.420,66	0,07%
GI	1.251,23	0,12%

Tabela 1: Valor do metro quadrado do projeto padrão de galpão industrial (Sinduscon-PR Dezembro/2023)

Prefeitura Municipal de Marmeleiro

ANEXO II – DECRETO Nº 3.382, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022.

Atualizações das Tabelas do Anexo XII, da Lei nº 1.051, de 2002

TABELA PARA COBRANÇA DO ITBI – IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

A) Planta de valores por Zoneamento por Metro Quadrado de Terreno junto à Área Urbana, determinada nesta Lei.

Zona 01	R$ 459,79
Zona 02	R$ 306,52
Zona 03	R$ 183,96
Zona 04	R$ 107,75
Zona 05	R$ 76,77
Zona 06	R$ 50,71
Zona 07 – Chácaras Urbanas	R$ 33,80

B) Planta de Valores por Metro Quadrado de benfeitorias na área urbana, determinada nesta Lei.

DESCRIÇÃO	METRAGEM	VALOR
Casas de alvenaria e prédios	Qualquer metragem	R$ 1.265,68
Casas Mistas (alvenaria e madeira)	Qualquer metragem	R$ 675,45
Casas de madeira	Qualquer metragem	R$ 371,88
Barracão de Alvenaria	Qualquer metragem	R$ 364,83
	Barracão telheiro	R$ 214,11

Tabela 2: Valores do metro quadrado de terrenos e edificações (Decreto Municipal 3.382/2022)

As médias de valores levando em consideração os valores de mercado, tabela CUB do Sinduscon-Pr e Decreto Municipal 3.382/2022 é o que se segue a baixo.

	Valor por/m² tabela CUB	**Valor por/m² Decreto 3.285/2021**	**Média**
Edificação	R$ 1.251,23	R$ 364,83	R$808,03

Considerando os valores já apresentados, chegou-se ao valor total da edificação de R$ 266.779,18 (tabela a baixo).

	Área (m²)	Valor por/m²	
Edificação	330,16	R$ 808,03	R$ 266.779,18
			R$ 266.779,18

Marmeleiro, 05 de janeiro de 2024.

José Alberto Adam
Fiscal Tributário

NELSON RAMOS LEAL FILHO:03519048914

Assinado de forma digital por NELSON RAMOS LEAL FILHO:03519048914
Dados: 2024.01.05 16:41:46 -03'00'

Nelson Ramos Leal Filho
Fiscal de Obras

Assinado eletronicamente por: TAMARA MARCULINA
08/03/2024 08:37:56
Assinatura digital avançada com certificado digital nao ICP-Brasil.

Tamara Marculina
Assistente Administrativo



Foto 01: Vista frente edificação.



Foto 02: Vista lateral.

Estado do Paraná
CNPJ 76.205.665/0001-01
Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000



Foto 05: Vista interna.



Foto 05: Vista interna.

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01
Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000



Foto 03: Vista lateral.



Foto 04: Vista lateral.

ROTARY CLUB DE MARMELEIRO – DISTRITO 4640
Rua Gregório Gaiovicz, n/s, Chácara Gaiovicz
CNPJ: 11.064.806/0001-60
e-mail: oscarbueno.prj@gmail.com - (46) 99934-4202

Histórico do Rotary de Marmeleiro

O Rotary Club de Marmeleiro, entidade pública municipal, fundado em 06 de agosto de 2009, faz parte do Rotary Internacional, entidade voltada para prestação de serviços desde 1905, quando fundado o primeiro clube em Chicago, EUA.

A Missão do Rotary Internacional, através de profissionais de diversas áreas, é servir ao próximo, difundir a integridade e promover a boa vontade, paz e compreensão mundial por meio da consolidação de boas relações entre líderes profissionais, empresariais e comunitários. Focando nos seguintes pilares:

Promover a paz
Combater doenças
Fornecer água limpa e saneamento
Cuidar da saúde de mães e filhos
Apoiar a educação
Favorecer o desenvolvimento econômico
Proteger o meio ambiente

Dentro do município de Marmeleiro o Rotary tem atuado de maneira significativa em diversos seguimentos da Sociedade, onde podemos destacar:

APAE

- Somos grandes parceiros da APAE de Marmeleiro onde além de realizar diversas ações para arrecadação de verbas e mantimentos para a entidade se destaca o projeto pioneiro do Pediasuit[i], voltado para habilitação fisioterapêutica dos pacientes, com investimento de mais de R$80.000,00.

Saúde

- Atuamos em parceria com a secretária da saúde em campanhas de vacinação e conscientização da população do município como palestras e blitz educativa
- Projeto banco Ortopédico doado para prefeitura na gestão de Luiz Fernando Bandeira e que deve ser retomado no ano de 2024.
- Parceria com a entidade Mão Amiga que auxilia pessoas com câncer no Sudoeste do Paraná com doação de mantimentos e verbas.

Educação

- Colégio Estadual de Marmeleiro: Curso profissionalizante de maquiagem para alunas do ensino médio.
- Colégio Telmo Otavio Muller: Projeto de incentivo ao empreendo ismo dos alunos com doação de equipamentos para confecção de canecas e brindes.
- Colégio Dom Pedro: Criação da horta comunitária com o objetivo de educação alimentar e reforço na alimentação dos alunos.
- Colégio Perseverança: Projeto de doação de brinquedos e sacola solidaria que objetiva a doação de livros.
- Colégio Escola oficina: Doação de instrumentos musicais.
- Colégio São Judas Tadeu: Dia das crianças com brincadeira, palestra e lanche.
- Colégio Bom Jesus: Projeto de páscoa e natal.
- Colégio Progresso: Projeto de páscoa e natal.
- Colégio Souza Naves: Projeto de páscoa e natal.

Meio Ambiente:

- Projeto de soltura de alevinos no Rio Marmeleiro.
- Projeto de limpeza de margens no Rio Marmeleiro.

- Blitz de Conscientização da Dengue.
- Projeto Eco-esperança: Mini hortas em caixas de leite e composteiras com balde.
- Doação de lixeiras públicas.
- Plantio de árvores nativas.

Esportes:

- Volta ciclística do dia das crianças.
- Apoio de prova 4º Marathon Ciclismo Marmeleiro promovido por Calotas Bike.
- Doação de chuteiras e bolas.

Segurança pública

- Montagem da sala de apoio a criança na Delegacia de Marmeleiro.

Palestras

- Palestra sobre abuso sexual infantil com o Dr Irno Azolini.
- Palestra sobre alerta Vermelho e Setembro Amarelo com a Psicóloga Jaqueline Marafon.
- Palestra sobre Empoeiramento Feminino com a Psicóloga Jaqueline Marafon.

Assistência Social

- Arrecadação de cobertores e roupas.
- Carrinho Solidário – arrecadação de Alimentos.
- Restaurações de cadeiras de rodas.
- Doação de cadeiras de rodas.
- Distribuição de cestas básicas arrecadadas na pandemia pelo Fórum de Marmeleiro.

Estes são alguns dos projetos desenvolvidos em nosso município.

Destacamos ainda que o Rotary Club de Marmeleiro está presente em todos os conselhos municipais, como Conselho de saúde, Conselho de Combate a Endemias e Conselho de Meio Ambiente.

Oscar Szpanic Bueno
Presidente do Rotary Club de Marmeleiro

[i] O Pediasuit é o método indicado para tratamento de pacientes com atraso no desenvolvimento Neuropsicomotor, oriundos de Paralisia Cerebral ou lesões cerebrais, autismo, dentre outros diagnósticos, auxiliando no desenvolvimento e crescimento, em casos infantis, e recuperando movimentos em casos de adultos.

ROTARY INTERNATIONAL – DISTRITO 4.640

ESTATUTO DO ROTARY CLUBE DE MARMELEIRO

ROTARY CLUBE DE MARMELEIRO URIO PARK, associação sem fins econômicos; constituída e fundada em 07 de fevereiro de 2008, cujos propósitos são de índole humanitária, em conformidade com a legislação vigente admitida como membro do ROTARY INTERNATIONAL em 07 de fevereiro de 2008, (Carta de Admissão nº. 78232) resolve, pelos seus associados presentes à Assembleia Geral Extraordinária em 02 de julho de 2017, alterar o nome do clube para **ROTARY CLUBE DE MARMELEIRO**, nada mais alterar o Estatuto segue com a seguinte redação:

CAPÍTULO I
DA PERSONALIDADE JURÍDICA

SEÇÃO I
Da denominação social, definições, sede, limites e duração

Art. 1º. – Sob a denominação de, **ROTARY CLUBE DE MARMELEIRO,** associação sem fins econômicos; constituída e fundada em 07 de fevereiro de 2008, cujos propósitos são de índole humanitária, em conformidade com a legislação vigente admitida como membro do ROTARY INTERNATIONAL em 07 de fevereiro de 2008, (Carta de Admissão nº. 78232), e que se regerá pelo presente estatuto.

Parágrafo Único: - Quando usados nestes estatutos, os termos abaixo relacionados terão o significado dado a seguir, exceto quando de outra forma for claramente exigido pelo contexto:

I. Conselho: O conselho diretor deste clube;

II. Regimento Interno: O regimento interno deste clube;

III. Diretor: Qualquer membro do conselho diretor deste clube;

IV. Associado: Qualquer associado deste clube, exceto os honorários;

V. RI: Rotary International;

VI. Ano: O período de 12 meses que se inicia em 1º de julho.

VII. Rotary Club: a associação à qual este Estatuto Social se refere.

Art. 2º - A entidade terá sua sede e foro no município de Marmeleiro - Estado do Paraná - Brasil.

§ 1º. – A sede do Rotary Clube de Marmeleiro localizar-se-á na PR 482, saída para Marmeleiro – CEP: 85.615-000.

§ 2º. – Os limites territoriais deste Rotary Club são os do município de Marmeleiro, Estado do Paraná.

Art. 3º - O prazo de duração da entidade é indeterminado.

SEÇÃO II
Do Objetivo Social

Art. 4º. – O objetivo do **Rotary Clube de Marmeleiro** é estimular e fomentar o **ideal de servir**, como base de todo o empreendimento digno, promovendo e apoiando:

I – O desenvolvimento do companheirismo como elemento capaz de proporcionar a oportunidade de servir;

II – O reconhecimento do mérito de toda ocupação útil e a difusão das normas de ética profissional;

III – A melhoria da comunidade pela conduta exemplar de cada um na sua vida pública e privada;

IV – A aproximação dos profissionais de todo o mundo, visando a consolidação das boas relações, da cooperação e da paz entre as nações.

§ 1º. - No desenvolvimento de suas atividades, o Rotary Club não fará qualquer distinção quanto à raça, cor, sexo, condição social, credo político ou religioso.

§ 2º. – Para o cumprimento de seus objetivos o Rotary Club atuará por meio de planos de ação, projetos, ou programas utilizando-se de doações de recursos físicos, humanos e financeiros; ou, pela parceria na prestação de serviços intermediários com outras entidades, também sem fins lucrativos, e, ou órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

CAPÍTULO II

DO QUADRO SOCIAL

SEÇÃO I

DAS CATEGORIAS E DIVISÃO

Art. 5º. – O quadro social deste Clube será integrado por pessoas naturais, civilmente capazes, de caráter ilibado e de boa reputação social, empresarial e profissional.

Art. 6º. – O quadro social do Rotary Club terá duas categorias de associados:

I. Representativo – A pessoa que possuir as qualificações estabelecidas pelo Estatuto Social do RI, nomeada por força de eleição dos associados do Rotary Club, na forma do seu Regimento Interno.

II. Honorário – A pessoa que tenha se sobressaído por serviços meritórios em prol do ideal do Rotary, e pessoas consideradas amigas do Rotary em virtude de seu permanente apoio à causa rotária, poderão ser eleitas associados honorários deste clube.

a - A duração de sua filiação será determinada pelo conselho diretor do clube, que poderá prorrogá-la ou rescindi-la a qualquer tempo.

b - É permitida a eleição de uma mesma pessoa na condição de associado honorário em mais de um clube.

Art. 7º. – As pessoas eleitas ou nomeadas para deter cargo público por um período específico de tempo não são elegíveis à categoria de associado representativo do Rotary Clube, na classificação do cargo para o qual tenham sido eleitas ou nomeadas.

§ 1º - Esta restrição não se aplica aqueles que detenham cargos em Instituição Educacional ou no Poder Judiciário.

§ 2º - Associados representativos eleitos ou nomeados para ocupar cargo público por um período específico de tempo continuarão a deter, durante seus mandatos, as classificações que detinham antes de suas eleições ou nomeações.

Art. 8º. – Este Rotary Clube poderá ter em seu quadro social associados que sejam funcionários do Rotary International.

TÍTULOS DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Marileide Buss Pereira
Oficial
Comarca de
Ivaiporã/PR

Art. 9º. – Toda pessoa que possuir as qualificações estabelecidas no Artigo 5º. deste Estatuto poderá ser eleita para a categoria de associado representativo deste clube e será classificado de acordo com seu segmento empresarial, profissional ou serviço comunitário, sendo a respectiva classificação correspondente àquela que descreve a atividade principal de sua empresa, instituição, profissão ou prestação de serviços à comunidade.

Art. 10 – Qualquer associado poderá propor como associado representativo o nome de ex-rotariano ou rotariano que tenha sido transferido se a pessoa proposta estiver deixando, ou deixou, de pertencer ao quadro social de seu antigo clube pelo fato de não mais:

I. Exercer a profissão, ou,

II. Conduzir o negócio que a intitulava à classificação detida na localidade daquele clube ou em seus arredores.

§ 1º - O clube ao qual o associado pertencia, ou do qual está se transferindo, como associado representativo em conformidade com os dispositivos desta seção, também pode ser proposto pelo ex-clube.

§ 2º – A classificação de ex rotariano ou rotariano que esteja sendo transferido, ou de um ex-participante de programa da Fundação Rotária conforme definido pelo Conselho Diretor de RI, não representará obstáculo à eleição deste como associado representativo mesmo que como resultado de tal eleição o quadro social do clube exceda temporariamente os limites relativos a detentores de classificação.

Art. 11 – Nenhum rotariano poderá ser:

I. Associado representativo simultaneamente neste e em outro clube;

II. Associado representativo e honorário neste Rotary Club

III. Ser simultaneamente rotariano e rotaractiano.

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Comarca de Marmeleiro/PR

SEÇÃO II

DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 12 – São direitos do associado representativo:

I. Participar de todas as atividades do Rotary Club;

II. Freqüentar as reuniões ordinárias deste Rotary Club e de outros em qualquer parte do mundo;

III. Pertencer ao Conselho Diretor do Rotary Club e de qualquer comissão distrital para a qual for convidado;

IV. Participar das atividades promovidas pelo Rotary International;

V. Portar o distintivo do Rotary enquanto pertencer ao quadro do Rotary Club.

Art. 13 - São deveres do associado representativo:

I. Respeitar e observar o Estatuto Social; as disposições regimentais, as deliberações da administração e da Assembleia Geral;

II. Prestar ao Rotary Club, cooperação moral, material e intelectual, esforçando-se pelo seu engrandecimento;

III. Comunicar, por escrito, ao Conselho Diretor, alterações cadastrais;

IV. Integrar as comissões para as quais for designado; cumprir os mandatos recebidos e os encargos atribuídos;

V. Pagar pontualmente a quota anual, na forma estabelecida pelo conselho diretor; e,

VI. Acatar e cumprir os preceitos de Rotary, conforme expresso em seu objetivo.

Art. 14 - Os associados honorários terão o direito de comparecer a todas as reuniões e usufruirão todos os demais privilégios inerentes à associação ao Rotary Club.

§ 1º - Fica vedado ao associado honorário:

I. O direito a voto,

II. Deter cargo de dirigente do Rotary Club; e,

III. Deter classificação.

§ 2º - O associado honorário é isento do pagamento da joia de admissão e das quotas.

§ 3º - O associado honorário não desfrutará de quaisquer benefícios ou direitos em outros clubes, exceto o direito de visitá-los sem necessidade de convite por parte de rotarianos.

SEÇÃO III
Das Classificações

Sub Seção I
Disposições Gerais

Art. 15 – Todo associado representativo deste clube será classificado de acordo com seu respectivo ramo de negócio ou profissão. A classificação será aquela que descreve a atividade principal e reconhecida da firma, companhia ou instituição à qual o associado esteja ligado ou aquela que descreve a atividade principal e reconhecida de seu negócio ou profissão.

Parágrafo Único: Por razões justificadas, o conselho pode corrigir ou alterar a classificação de qualquer associado. A devida notificação da correção ou do ajuste proposto será encaminhada ao associado, que terá o direito de ser ouvido a respeito.

Sub Seção II
Das Limitações

Art. 16 – O Rotary Club não deverá eleger à categoria de associado representativo alguém que detenha classificação já representada no clube por pelo menos cinco associados, exceto quando o clube possuir mais de 50 (cinqüenta) associados.

§ 1º - Caso o Rotary Club possua um quadro social que ultrapasse a 50 associados será permitida a eleição de novos associados representativos para uma mesma classificação, até um máximo equivalente a dez por cento do quadro de associados representativos do clube.

§ 2º - No calculo do número dos que representam a classificação não serão incluídos os associados aposentados.

§ 3º – A classificação de ex rotariano ou rotariano que esteja sendo transferido não representará obstáculo à eleição deste como associado representativo mesmo que como resultado de tal eleição o quadro social do clube exceda, temporariamente, aos limites estabelecidos neste artigo.

§ 4º - Se algum associado mudar de classificação poderá continuar filiado ao clube na nova classificação independentemente dos limites estabelecidos no caput deste artigo.

SEÇÃO IV
Da Jóia de Admissão e das Quotas

Art. 17 – Todo associado representativo pagará uma jóia de admissão e a quota anual nos valores estabelecidos pela Assembléia Geral.
§ 1º - Os ex-associados ou associados representativos transferidos de outros Rotary Clubs que passarem a integrar o quadro social deste Rotary Club em conformidade com o Artigo 10 deste Estatuto, ficam dispensados de pagar uma segunda jóia de admissão.
§ 2º - O ex-rotaractiano que tenha saído de seu Rotaract Club e transcorridos menos de dois anos venha a se associar a este Rotary Club estará isento do pagamento da jóia de admissão.
§ 3º - A quota anual poderá ser fracionada em parcelas mensais a critério do Conselho Diretor.

SEÇÃO V
Da Vigência e Cancelamento do Título de Associado

Art. 18 – O título de associado vigorará por toda a existência deste clube, exceto quando cancelado conforme disposições expressas neste Estatuto.
Art. 19 – O título de associado será cancelado automaticamente quando o associado deixar de possuir as qualificações para pertencer ao quadro social.
§ 1º - O conselho poderá outorgar ao associado que se mudar da localidade deste clube ou de seus arredores uma licença especial, de no máximo um ano, para que possa visitar e conhecer o Rotary Club da nova comunidade, desde que continue a satisfazer as outras condições de afiliação ao clube.
§ 2º - O conselho pode permitir ao associado representativo que se mudar da localidade deste clube ou de seus arredores a preservação de sua condição de associado se continuar a satisfazer todos os requisitos estabelecidos para afiliação ao clube.
§ 3º - O associado que perder a classificação, por motivos alheios a sua vontade, poderá reter tal classificação e receber licença especial, não superior a um ano, para que possa obter novo emprego em sua atual classificação ou em outra. O associado deve continuar a satisfazer todas as condições de afiliação ao clube. O cancelamento do título de associado passará a vigorar somente ao concluir-se o período de licença concedido.

SEÇÃO VI
Do Reingresso de associado

Art. 20 - Quando a filiação de um associado tiver cessado em virtude do estabelecido no Artigo 19 e seus parágrafos; este poderá solicitar nova admissão, quer na mesma classificação, quer em outra, caso, por ocasião da cessação, estivesse em pleno gozo de seus direitos no clube, não lhe sendo cobrada uma segunda jóia de admissão.

SEÇÃO VII
Da Cessação do Título de Associado por Falta de Pagamento de Quotas

Art. 21 – Qualquer associado que deixar de pagar a quota fixada pelo clube dentro de trinta (30) dias após o prazo estabelecido pelo conselho diretor, será notificado de tal fato por escrito, pelo secretário do clube, em seu último endereço conhecido. Se a quota não for paga dentro de dez (10) dias após a data da notificação, o título de tal associado poderá ser cancelado á critério do conselho diretor.

TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS
Marileide Bugs Pereira
Oficial

SEÇÃO VIII
Da Readmissão do Associado

Art. 22 – O conselho poderá readmitir o ex-associado, a pedido deste e mediante o pagamento de seu débito com o clube. No entanto, nenhum ex associado poderá ser readmitido como associado representativo se a classificação que anteriormente representava estiver em conflito com o Artigo 16 e seus parágrafos, deste documento.

SEÇÃO IX
Da Cessação do Título de Associado Por Falta de Freqüência

Art. 23 – Todo associado deste clube deverá:

a) – Comparecer, ou alternativamente recuperar a freqüência, a pelo menos 50% (Cinquenta por cento), das reuniões ordinárias realizadas a cada semestre do ano rotário;

b) – Comparecer a pelo menos 30% (trinta por cento) das reuniões deste clube em cada semestre do ano rotário.

§ 1º – Caso o associado não obedeça ao prescrito neste artigo estará sujeito a ter sua condição de associado rescindida, a menos que o conselho diretor aceite a ausência por causa justificada.

§ 2º - O Governador Assistente nomeado pelo Governador do Distrito, enquanto durar seu mandato, está dispensado do prescrito neste artigo.

Art. 24 – Exceto quando dispensado pelo conselho diretor por motivos justificados ou em conformidade com dispositivos dos artigos 32 e 33, qualquer associado que falte, ou não recupere sua freqüência, a quatro reuniões ordinárias consecutivas será informado pelo conselho diretor de que suas faltas podem ser consideradas como pedido de baixa do quadro social do clube. Após esse aviso, o conselho, por voto da maioria de seus membros, poderá dar baixa do associado do seu quadro social.

SEÇÃO X
De Outras Causas de Cessação do Título de Associado

Art. 25 – O título de qualquer associado que deixar de possuir as qualificações para ser associado deste clube ou por qualquer outra causa justificada pode ser cancelado pelo conselho diretor mediante o voto de pelo menos dois terços dos seus membros, em reunião convocada para tal fim.

§ 1º - Os princípios que nortearão tal reunião são os expostos na seção I deste capítulo e os estabelecidos na Prova Quádrupla.

§ 2º - Antes de proceder ao estabelecido no caput deste artigo o conselho notificará o associado, por escrito, com dez (10) dias de antecedência, acerca da medida pendente, para que possa encaminhar uma resposta, por escrito, sobre o assunto. Terá também o direito de comparecer perante o conselho para apresentar sua defesa.

§ 3º - A notificação será entregue por meio de portador ou carta registrada remetida ao último endereço conhecido do associado.

§ 4º - Quando o conselho tiver cancelado o título de um associado, obedecendo o disposto neste artigo, o clube não poderá eleger novo associado para representar a classificação que o ex-associado detinha até que o prazo para interpor recurso tenha expirado e a decisão do clube ou do juízo arbitral tenha sido anunciada.

DOCUMENTOS E PESS
Marilene Buss Pereira
Oficial
Com
O DE TÍTULOS

§ 5º - O disposto no parágrafo anterior não será aplicado se, com a eleição do novo associado, o número de associados representativos dessa classificação permanecer dentro dos limites, mesmo que a decisão do conselho diretor a respeito do cancelamento do título seja revogada.

SEÇÃO XI
Da Suspensão Temporária do Título de Associado

Art. 26 – Independentemente de qualquer outro dispositivo deste estatuto o título do associado a este clube será suspenso, se na opinião do conselho diretor:

a) – as acusações de que um associado se recusou ou negligenciou a cumprir as determinações dos estatutos forem verossímeis, ou se este for considerado culpado de conduta inadequada ou prejudicial aos interesses do clube;

b) – tais acusações, se comprovadas, constituem causa suficiente para cancelar seu título de associado; e,

Art. 27 – Nenhuma ação deverá ser tomada com relação à associação do rotariano até que o assunto pendente seja concluído ou determinado evento precise ocorrer antes do cancelamento do título de associado.

Art. 28 – Na defesa dos interesses do clube e sem a realização de votação dos associados, a associação do rotariano em questão poderá ser suspensa temporariamente.

§ 1º - Enquanto durar a suspensão não será permitido o comparecimento do associado às reuniões ordinárias e a outras atividades do clube.

§ 2º - Caso o associado suspenso participe de função administrativa do clube dela será afastado.

§ 3º - Enquanto durar a suspensão o associado ficará dispensado de cumprir os requisitos de freqüência.

Art. 29 – O conselho diretor, por meio de votação e pela maioria de dois terços poderá suspender temporariamente o associado pelo período necessário e sob as condições que julgar adequadas e estabelecer limites razoáveis para o período de suspensão.

SEÇÃO XII
Do Direito a Recurso ou Arbitragem em Caso de Baixa

Art. 29 – Se cancelado o título de associado, o secretário, no prazo de sete (7) dias da data da deliberação do conselho diretor, notificará o associado, por escrito, da decisão tomada. Tal associado poderá, dentro de quatorze (14) dias após a data de tal aviso, comunicar ao secretário, por escrito, a sua intenção de interpor recurso ao clube ou de pedir a instauração de mediação ou arbitragem, de acordo com o disposto neste Estatuto.

§ 1º - Caso recursos tenha sido interposto, o conselho diretor marcará a data para seu julgamento em uma reunião ordinária do clube, a ser realizada dentro de vinte e um (21) dias após o recebimento da notificação do recurso. A notificação escrita relativa a essa reunião e ao assunto especial a ser tratado será encaminhada a todos os associados com pelo menos cinco (5) dias de antecedência. Somente os associados poderão estar presentes quando o recurso for julgado.

§ 2º – Se houver solicitação de mediação ou arbitragem o procedimento a ser seguido será o disposto no Artigo 61.

§ 3º – Em caso de recurso, a deliberação deste clube será final e obrigatória para todas as partes, não havendo direito à arbitragem.

TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOA
Marialde Buss Ferreira

§ 4º – Se for solicitada arbitragem, a decisão dos árbitros ou, em caso de disputa, do juiz, será final e obrigatória para todas as partes, não havendo direito a recurso.

§ 5º – Caso uma mediação seja solicitada mas fracassar, o associado pode interpor recurso ao clube ou pedir a instauração de arbitragem conforme previsto neste artigo.

§ 6º - A deliberação do conselho diretor, se não for apelada ao clube ou não for solicitado juízo arbitral, será final.

SEÇÃO XIII
Da Renúncia

Art. 30 - A renúncia de qualquer associado deste clube deverá ser apresentada por escrito (dirigida ao presidente ou ao secretário) e será aceita pelo conselho diretor desde que o débito total de referido associado para com o clube tenha sido saldado.

Art. 31 - Qualquer pessoa cujo título de associado neste clube tenha sido cancelado por qualquer motivo, perderá todo o direito sobre quaisquer fundos ou outros bens pertencentes ao clube.

SEÇÃO XIV
Da Inexistência de Responsabilidade Solidária

Art. 32 - Os associados não responderão solidariamente, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos do Rotary Club, como também nenhum direito terão no caso de retirada ou exclusão, não recebendo remuneração ou honorários por serviços ou trabalhos realizados.

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Marilene Buss Ferreira
Oficial
Comarca de Marmeleiro/PR
46 3525 3439

CAPÍTULO III
DAS REUNIÕES E DA FREQUÊNCIA

SEÇÃO I
DAS REUNIÕES

Art. 33 – Este Rotary Club reunir-se-á, regularmente, uma vez por semana, no dia e hora prescritos em seu Regimento Interno.

§ 1º – Em caso de emergência ou por justa causa, o conselho poderá transferir uma reunião ordinária para qualquer dia do período que se inicia no dia seguinte ao da reunião ordinária anterior e termina no dia que precede a reunião ordinária subseqüente, ou para uma hora diferente no dia regulamentar, ou para um lugar diferente.

§ 2º – O Conselho Diretor poderá cancelar uma reunião ordinária quando ela cair num feriado, incluindo feriado comumente celebrado ou em virtude do falecimento de associado do clube, ou de uma epidemia, ou de calamidade que afete a comunidade como um todo, ou de conflito armado na comunidade que coloque em perigo a vida dos associados do clube.

§ 3º - O conselho poderá, à sua discrição, cancelar até um máximo de quatro reuniões ordinárias por ano por causas aqui não especificadas, ficando estabelecido, entretanto, que este clube não poderá deixar de seu reunir por mais do que três (3) reuniões ordinárias consecutivas.

Art. 34 – O clube realizará, até 31 de dezembro, o mais tardar, a assembléia anual para eleição dos seus dirigentes conforme estabelecido no Regimento Interno.

Parágrafo Único - Uma terça parte do quadro social constituirá "quorum" para a Assembléia Anual e para as reuniões ordinárias do clube.

SEÇÃO II
DA FREQÜÊNCIA

Art. 35 – É dever de cada associado comparecer às reuniões ordinárias do Rotary Club. O associado receberá crédito de freqüência se estiver presente a, pelo menos, sessenta por cento (60%) da reunião, ou estiver presente e inesperadamente tiver que retirar-se e subseqüentemente comprovar satisfatoriamente ao conselho deste clube que essa ação foi necessária, ou se recuperar sua ausência em outro clube.

§ 1º - O associado deste terá crédito de freqüência se, em qualquer dia, no período compreendido entre os 14 (quatorze) dias que antecederem e os 14 (quatorze) dias que sucederem o dia e a hora normal de uma ordinária deste clube:

I – Assistir a pelo menos 60% (sessenta por cento) da reunião ordinária de qualquer outro clube ou clube provisório;

II - Assistir a uma reunião ordinária de um Rotaract ou Rotaract Club provisório; ou de Interact Club ou Interact Club provisório; ou Núcleo Rotary de Desenvolvimento Comunitário ou Núcleo Rotary de Desenvolvimento Comunitário provisório; ou Grupo de Companheirismo ou Grupo de Companheirismo Provisório.

III – Comparecer à:

a) – Convenção do Rotary International;

b) – Reunião do Conselho de Legislação;

c) – Assembléia Internacional;

d) – Instituto Rotário para administradores atuais, e anteriores de RI;

e) – Instituto Rotário para administradores atuais, anteriores e entrantes de RI;

f) – Qualquer outra reunião do RI convocada com a aprovação do conselho diretor de RI ou do Presidente do RI atuando em nome de seu conselho diretor;

g) – Uma conferência multizonal do Rotary;

h) – Uma reunião de Comissão do R.I.;

i) – Conferência distrital rotária;

j) – Assembléia distrital rotária;

k) – Qualquer reunião distrital realizada por instrução do conselho diretor do RI;

l) – Qualquer reunião de comissão distrital realizada por instrução do governador de distrito;

m) – Reunião inter-clubes regularmente convocada;

n) – Qualquer outro Clube, no local e hora de sua reunião ordinaria, com o proposito de assisti-la e tal Clube não estiver se reunindo nesse local e nessa hora;

o) – Reunião do conselho diretor ou, caso autorizado pelo referido conselho, a reunião de comissão de prestação de serviços para a qual o associado tenha sido indicado.

p) – Participar de projetos de serviços internos, de eventos comunitários organizados pelo clube ou de reunião autorizadas pelo conselho;

q) – reunião de Clube do Exterior, em viagem que se prolongue por mais de 14 (quatorze) dias;

r) – participar de atividade interativa no "website" do clube pelo período de, em média, 30 minutos.

IV - Será também computada a presença, se durante a realização das reuniões ordinárias, o associado:

a) – Estiver de viagem, com a finalidade de comparecer a alguma das reuniões mencionadas no inciso III, letras "a" a "q" ou do regresso de uma dessas reuniões;

b) – Estiver a serviço do Rotary, desempenhando funções inerentes ao cargo de administrador, ou de membro de comissão de RI, ou de Curador da Fundação Rotária;

c) – Estiver a serviço do Rotary no desempenho de funções inerentes ao cargo de representante especial do governador do distrito na fundação de um novo Clube;

d) – Estiver a serviço de R.I. na condição de seu funcionário;

e) – Estiver participando direta e ativamente, de projeto de prestação serviço patrocinado pelo distrito, pelo RI, pela Fundação Rotária, em região remota, onde não seja possível a recuperação da freqüência;

f) – estiver a serviço do Rotary, conforme autorizado pelo conselho, de molde a impedir o comparecimento às reuniões ordinárias;

V – Será ainda computada a freqüência se o associado estiver trabalhando, por longo período de tempo, em missão especial, seu comparecimento às reuniões do clube que lhe for indicado no local de referida missão compensará as ausências às reuniões do próprio clube, desde que um acordo entre os clubes tenha sido estabelecido.

§ 2º - Quando em viagem ao exterior por período superior a 14 dias, o associado não estará sujeito aos prazos aqui estabelecidos para recuperação, devendo comparecer às reuniões de clubes no país visitado a qualquer tempo. Referido comparecimento será considerado como recuperação válida às reuniões ordinárias que tenha deixado de comparecer.

Art. 36 – O associado será dispensado de satisfazer os requisitos de freqüência:

I – Quando sua ausência ocorrer em circunstâncias e condições aprovadas pelo conselho diretor do clube que a justificará pelos poderes que lhe são inerentes;

II – Quando a soma da idade e do número de anos em que foi associado de um ou mais clubes totalize pelo menos 85 (oitenta e cinco) anos e, além disso, houver notificado o secretário do clube por escrito de que deseja tal dispensa e que o conselho diretor manifeste sua concordância.

Art. 37 – O associado, no exercício de cargo como Administrador do Rotary International terá suas ausências justificadas.

Art. 38 – As ausências dos associados incluídos nas situações do artigo 33, incisos I e II, e artigo 34, não constarão do registro de freqüência do clube sendo que nem suas ausências nem seu comparecimento serão computados para esse fim.

CAPÍTULO IV

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 39 - A Assembléia Geral, órgão soberano do Rotary Club, constituir-se-á de todos os associados em pleno gozo de seus direitos legais, estatutários e regimentais.

Art. 40 - Compete à Assembléia Geral:

I. Discutir e deliberar sobre todo e qualquer assunto de interesse do Rotary Club para o qual for convocada;

II. Reformar o Estatuto Social;

III. Aprovar e reformar o Regimento Interno;

IV. Decidir sobre a extinção do Rotary Club, observando no que couber o Estatuto Social do RI;

V. Eleger ou destituir, a qualquer tempo, e empossar os conselheiros do Rotary Club, ressalvadas as disposições específicas estabelecidas no presente Estatuto;

VI. Tomar, anualmente, as contas dos dirigentes e deliberar sobre os relatórios e as demonstrações financeiras por ele apresentadas;

VII. Julgar os recursos interpostos;

VIII. Todas as demais atribuições previstas no presente Estatuto Social.

Art.41 - A Assembléia Geral será convocada para fins determinados, mediante carta com AR (Aviso de Recebimento), com antecedência mínima de 08 (oito) dias.

§ 1º - Qualquer Assembléia instalar-se-á em primeira convocação com 2/3 (dois terços) dos associados e, em segunda convocação, decorridos trinta minutos, com qualquer número.

§ 2º - As deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos associados representativos presentes.

§ 3º - As deliberações serão tomadas necessariamente e sempre pelo voto de 2/3 (dois terços) dos associados presentes à Assembléia especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar em 1ª. (primeira) convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes, no que tange às matérias a saber:

I. Extinguir o clube e nomear liquidante;

II. Reformar, parcial ou totalmente, o presente Estatuto e o Regimento Interno; e,

III. Destituir membros do Conselho Diretor e Fiscal.

Art. 43 - A Assembléia Geral será convocada:

I. Pelo Presidente do conselho diretor;

II. Pela maioria dos membros do conselho diretor;

III. Pelo Conselho Fiscal; e,

IV. Por 1/5 (um quinto) dos associados representativos, com notificação dirigida ao Presidente do conselho diretor.

Art. 44 - Quando a Assembléia Geral Extraordinária for solicitada pelos associados, as deliberações tomadas só serão válidas se o número de participantes da mesma não for inferior ao número de assinaturas contidas na solicitação.

Art. 45 - As alterações dos artigos 1º e 3º referentes, respectivamente, ao nome e à sede do Rotary Club, deverá ser submetida à aprovação do Conselho Diretor do RI, entrando em vigor, somente após assim ratificada.

Art. 46 - A Assembléia Geral reunir-se-á, Ordinariamente, no primeiro quadrimestre de cada exercício para:

I. Tomar as contas dos dirigentes, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações contábeis e financeiras; e,

II. Eleger os membros do conselho diretor e do Conselho Fiscal.

Art. 47 - A Assembléia Geral reunir-se-á, Extraordinariamente, sempre que necessário para tratar de todos os assuntos que não sejam de competência da Assembléia Geral Ordinária.

TÍTULOS DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Marcia de Brito Ferreira
Oficial
Comarca de Marmeleiro/PR
46 533 3439

CAPÍTULO V
DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 48 - São órgãos de administração do Rotary Club:

I. Conselho Diretor; e,

II. Conselho Fiscal.

Art. 49 - Toda pessoa que ocupe cargo nos órgãos de administração deverá ser associado do Rotary Club, em pleno gozo de seus direitos.

Art. 50 - Toda pessoa que ocupe cargo nos órgãos de administração, não perceberá remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhe seja atribuída pelo presente Estatuto Social.

Art. 51 - Os órgãos de administração do Rotary Club, no desempenho de suas atividades deverão observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, e eficiência.

Art. 52 - Toda pessoa que ocupe cargo nos órgãos de administração, não poderá obter de forma individual ou coletiva, benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação em processos decisórios, devendo para tanto ser adotadas práticas administrativas eficientes no cumprimento do disposto no presente artigo.

SEÇÃO I
DO CONSELHO DIRETOR

At. 53 – Ao Conselho Diretor; formado por associados em pleno gozo de seus direitos estatutários, serão eleitos em Assembléia Geral, compete a administração executiva do Rotary Club e o controle geral sobre todas as comissões, podendo por justa causa, declarar qualquer cargo vago.

§ 1º - O Conselho Diretor se reunirá ordinariamente uma vez por mês, no dia e hora prescritos no Regimento Interno.

§ 2º - Por justa causa, o Conselho Diretor poderá transferir uma reunião ordinária para qualquer dia do período que se inicia no dia seguinte ao da Reunião Ordinária anterior e termina no dia que precede a Reunião Ordinária subseqüente, ou para uma hora distinta no dia regulamentar, ou ainda para local distinto.

Art. 54 - O Conselho Diretor será formado por um quadro de dirigentes do Rotary Club, a saber:

I. Presidente;
II. Vice-Presidente (um ou mais);
III. Secretário;
IV. Tesoureiro;
V. Diretor de Protocolo;
VI. Presidentes das Avenidas de Serviço; (Opcional)
VII. Presidente da Comissão da Fundação Rotária; (Opcional) e,
VIII. Outros designados pela Assembléia Geral.

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Comarca de Marmeleiro-PR

Art. 55 - Os mandatos serão de 01 (um) ano, renováveis a critério da Assembleia Geral que os eleger.

Art. 56 - As posses dos demais conselheiros, inclusive fiscais, coincidirão com a do Presidente do Rotary Club.

Art. 57 - Ao Presidente compete a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial do Rotary Club, nos estreitos limites estabelecidos no presente Estatuto Social.

§ 1º - Os atos do Presidente: praticados de conformidade com o presente Estatuto, obrigara o Rotary Club para os todos os efeitos legais.

§ 2º - Nas ausências e impedimentos do Presidente, este será substituído pelo Vice-Presidente.

Art. 58 - O Presidente, será eleito conforme estipulado no Regimento Interno, ou seja, no máximo 02 (dois) anos e no mínimo 18 (dezoito) meses antes da data em que tomará posse do cargo. Deverá servir como Presidente Indicado, assim que for eleito. O Presidente Indicado passará a ser conhecido como Presidente Eleito a partir do dia 1º de julho do ano anterior ao início de seu mandato como presidente. O Presidente tomará posse no dia 1º de julho e servirá durante um ano ou até que seu sucessor tenha sido eleito e satisfeito os requisitos aplicáveis.

§ 1º - O Presidente Eleito, a menos que autorizado pelo Governador Eleito, deverá participar do Seminário Distrital de Treinamento para Presidentes Eleitos de Clubes e da Assembléia Distrital.

§ 2º - Se o Presidente Eleito for dispensado do seminário, deverá enviar um representante do Rotary Club que posteriormente terá a obrigação de transmitir-lhe as informações obtidas.

§ 3º – Se o presidente eleito não comparecer ao seminário de treinamento para presidentes eleitos de clube nem à assembléia distrital; não tiver sido dispensado pelo governador eleito desse comparecimento e, no caso de ausência autorizada, não tiver enviado em seu lugar um representante do clube, não terá direito de assumir o cargo de presidente do clube, caso em que, o presidente atual continuará no cargo até que seu sucessor, que tenha comparecido ao seminário de treinamento de presidentes eleitos e à assembléia distrital, ou a treinamento julgado adequado e suficiente pelo governador, seja devidamente eleito.

Art. 59 - Os demais Conselheiros serão eleitos conforme o estabelecido no Regimento Interno e tomarão posse do cargo em Assembléia Geral Extraordinária, no dia 1º de julho imediatamente seguinte à sua eleição, servindo o período de seu mandato, ou até que seus sucessores tenham sido devidamente empossados.

Art. 60 - A movimentação financeira ficará sob a responsabilidade do Presidente em conjunto com o 1º. Tesoureiro e, na ausência destes por seus substitutos legais.

Art. 61 – Todos os cargos e funções deste clube serão exercidos a título gratuito.

SEÇÃO II

DO CONSELHO FISCAL

Art. 62 - O Conselho Fiscal, é um órgão fiscalizador da gestão financeira do Conselho Diretor, tem sua instalação obrigatória e será composto de 03 (três) membros, eleitos entre os associados em pleno gozo de seus direitos estatutários e regimentais na forma estabelecida no Regimento Interno.

Art. 63 - O mandato do Conselho Fiscal coincidirá com o mandato do Conselho Diretor.

Art. 64 - Compete ao Conselho Fiscal:

I. Examinar livros contábeis e demais documentos relativos a escrituração;

II - Verificar o estado do "caixa" e os valores em depósito;

III - Examinar o relatório do Conselho Diretor e as demonstrações contábeis e financeiras anuais, emitindo parecer para deliberação da Assembléia Geral;

IV - Expor à Assembléia Geral as irregularidades ou erros porventura encontrados, sugerindo medidas necessárias ao saneamento;

V - Opinar e emitir parecer para deliberação da Assembléia Geral, sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil bem como sobre as operações patrimoniais realizadas e apresentadas a ele pelo Conselho Diretor; e,

VI - Auditar a prestação de contas apresentada pelo Conselho Diretor ou sugerir a eventual contratação de auditoria externa independente e acompanhar o respectivo trabalho.

SEÇÃO III
DA ARBITRAGEM OU MEDIAÇÃO

Art. 65 - Caso surja qualquer divergência, que não seja sobre decisão do conselho diretor, entre qualquer associado; associados ou ex-associados de uma parte; e este clube, qualquer de seus dirigentes ou o conselho diretor, de outra, qualquer que seja a causa que não possa ser solucionada com base nas normas já estabelecidas, a divergência será resolvida, quando solicitado por qualquer das partes ao secretário, por arbitragem ou mediação.

§ 1º - Em caso de mediação ou arbitragem, o conselho diretor estabelecerá a data para tal mediação ou arbitragem em consulta com as partes em disputa. Tal data deverá estar dentro de 21 dias após o recebimento da notificação da mediação ou arbitragem.

§ 2º - Em caso de mediação será seguido procedimento aprovado por autoridade reconhecida na jurisdição nacional ou estadual, ou procedimento recomendado por órgão profissional pertinente com reconhecida experiência em métodos alternativos de resolução de disputas ou procedimento recomendado por diretrizes documentadas segundo deliberação do conselho diretor do Rotary International ou dos Curadores da Fundação Rotária. Unicamente associados de Rotary Clubs poderão ser indicados como mediadores. O clube poderá solicitar ao governador de distrito ou ao governador indicado a nomeação de mediador que seja associado de um Rotary Club e tenha experiência e conhecimentos adequados a respeito da medição.

§ 3º - Os resultados ou decisões tomadas de comum acordo entre as partes em virtude da mediação serão registrados com cópias entregues a todas as partes, ao(s) mediadores (es) e ao conselho diretor, esta última a ser arquivada pelo secretário. Uma súmula dos resultados aceitáveis pelas partes envolvidas será preparada para o conhecimento do clube. Qualquer das partes, por intermédio do presidente ou secretário, poderá requisitar mediação adicional caso considere que qualquer uma delas tenha se retratada significativamente da posição mediada.

§ 4º - Quando for solicitada arbitragem, cada parte nomeará um árbitro e estes um juiz. Somente associados de Rotary Clubs poderão ser nomeados árbitros ou juízes.

§ 5º - Caso seja solicitada arbitragem, a decisão dos árbitros ou, em caso de disputa, do juiz, será final e obrigatório para todas as partes, não havendo direito a recurso.

§ 6º - Caso mediação for solicitada mas fracassar, qualquer dos interessados poderá interpor recurso conforme previsto neste artigo.

REGISTRO DE TÍTULOS DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Marileide Bueno Pereira
Oficial
Comarca de Marmeleiro/PR
46 3525-3449

CAPÍTULO VI
DOS ASSUNTOS COMUNITÁRIOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

SEÇÃO I
IMPEDIMENTOS

Art. 66 - Qualquer assunto que envolva o bem-estar geral da comunidade, da nação e do mundo é do interesse dos associados deste clube, e é apropriado e pode ser estudado e discutido; justa e imparcialmente, em reunião do clube para o esclarecimento dos rotarianos na formação de suas opiniões individuais. No entanto, o clube não expressará opinião a respeito de qualquer de controvérsia pública.

Art. 67 - Este clube não endossará nem recomendará qualquer candidato a cargos públicos, nem discutirá em qualquer de suas reuniões os méritos ou deméritos de tais candidatos.

Art. 68 – Este Rotary Club não se envolverá em questões ou problemas de natureza político-partidária e religiosa.

Art. 69 - Este Rotary Club não adotará nem fará circular resoluções ou pareceres, nem tomará medidas com referência a questões mundiais ou problemas nacionais e internacionais de natureza política.

Art. 70 - Este Rotary Club não dirigirá apelos a Clubes, pessoas ou governos e não enviará cartas, discursos ou planos propostos para a solução de problemas nacionais e internacionais específicos de natureza política.

SEÇÃO II
DA SEMANA ESPECIAL

Art. 71 - Em reconhecimento à fundação do Rotary, este Rotary Club se empenhará para enfatizar os serviços prestados pelo Rotary durante uma semana especial dedicada às celebrações da sua fundação. A semana de comemorações terá início no dia 23 de fevereiro de cada ano e será conhecida como "Semana da Paz e Compreensão Mundial".

Parágrafo Único – No correr dessa semana especial será dada oportunidade para reflexão sobre os sucessos já alcançados, canalizando energias para o destaque de programas em prol da paz, compreensão e boa vontade na comunidade e no mundo.

SEÇÃO III
DAS REVISTAS ROTÁRIAS

Art. 72 - A menos que, conforme previsto no Regimento Interno do RI, este Clube seja dispensado pelo conselho diretor do RI de cumprir com os dispositivos deste artigo, todo associado se tornará assinante da revista oficial ou de uma revista regional aprovada e prescrita para este clube pelo conselho diretor do RI, assim permanecendo enquanto fizer parte do quadro social. A sua assinatura será paga trimestralmente e continuará em vigor enquanto for associado do Clube e até o final do trimestre durante o qual deixar de sê-lo.

Parágrafo Único - A importância correspondente à assinatura será antecipadamente cobrada de cada associado por trimestre pelo clube e será remetida à secretaria do RI ou ao escritório de tal publicação regional, conforme for estabelecido pelo conselho diretor do RI.



CAPÍTULO VII
DO REGIMENTO INTERNO

Art. 73 - O Rotary Club adotará um regimento interno; aprovado em Assembléia Geral, passível de alteração a qualquer tempo, que não esteja em conflito com os estatutos e o regimento interno do RI, com as regras de procedimento para a administração de qualquer unidade administrativa territorial estabelecida pelo RI, nem com estes estatutos, incorporando dispositivos adicionais destinados à direção deste clube.

CAPÍTULO VIII
EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 74 - O exercício social do Rotary Club, tem início em 1º de julho e encerra-se em 30 de junho de cada ano.

CAPÍTULO IX
PATRIMÔNIO

Art. 75 - O patrimônio do Rotary Club será composto dos bens móveis, imóveis, semoventes, ações e títulos da dívida pública a ele pertencente, que venham a ser adquiridos por compra, doação ou legado, contribuições, donativos, auxílios oficiais ou subvenções de qualquer tipo ou natureza.

Art. 76 - Os recursos financeiros necessários à manutenção do Rotary Club, serão obtidos através de:

I. Contribuição dos associados;

II. Contratos e acordos firmados com empresas e organismos de apoio nacionais e internacionais;

III. Subvenções, doações e legados;

IV. Termos de parceria, convênios e contratos firmados com a administração pública para realização de projetos na suas áreas de atuação;

V. Rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros pertinentes ao patrimônio de sua administração; e,

VI. Colaborações de outras organizações ou entidades da sociedade civil.

Art. 77 - Todas as rendas, recursos e eventual resultado operacional, serão aplicados integralmente na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais do Rotary International.

Art. 78 - As subvenções e doações recebidas, serão integralmente aplicadas nas finalidades a que estejam vinculadas.

Art. 79 - Os recursos advindos dos poderes públicos, deverão ser aplicados dentro do Município ou Estado que originou o mesmo.

Art. 80 - O Rotary Club, independentemente de celebrar ou não Termo de Parceria com o Poder Público, na elaboração das Demonstrações Contábeis e Financeiras, deverá observar os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade.

Paragrafo Único – Haverá a prestação de contas de eventuais recursos advindos dos Poderes Públicos, conforme determina o parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal.

Art. 81 - O Rotary Club ao término de cada exercício social, dará publicidade por qualquer meio eficaz do Relatório de atividades e das demonstrações contábeis e financeiras, bem como providenciará as certidões negativas de débito junto ao INSS e FGTS, além de colocar tais documentos à disposição dos interessados.

S DOCUMENTOS E PE

Art. 82 - Nos exercícios em que o Rotary Club receber recursos oriundos de termo de parceria firmado com o Poder Público, as demonstrações contábeis e financeiras deverão ser auditadas por auditores externos independentes.

Art. 83 - O Rotary Club não distribui entre os seus associados ou conselheiros eventuais, excedentes operacionais, brutos ou líquidos; dividendos; bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio auferidas mediante o exercício de suas atividades.

CAPÍTULO X
DA INTERPRETAÇÃO

Art. 84 - Nestes estatutos, na interpretação da terminologia "correio", "mala direta" e "votação por via postal" entenda-se também o uso de correio eletrônico (e.mail) e da internet visando reduzir as despesas e aumentar as respostas recebidas.

Parágrafo Único - Sempre que forem usadas expressões do gênero masculino com relação a associados deve-se subentender também o gênero feminino. Aplicar-se-ão, também, os princípios gerais de direito.

CAPÍTULO XI
DA ACEITAÇÃO DOS OBJETIVOS DE ROTARY E DAS NORMAS ESTATUTÁTIAS E REGIMENTAIS

Art. 85 – O associado, ao pagar a jóia de admissão e quota, aceita os preceitos do Rotary, conforme expressos em seu Objetivo, sujeitando-se, aos estatutos e regimento interno deste clube e concordando em cumpri-los, sendo que somente nessas condições terá direito aos privilégios do clube. Todos os associados estarão sujeitos aos termos dos estatutos e regimento interno, independentemente do fato de ter recebido ou não exemplares desses estatutos.

CAPÍTULO XII
DAS EMENDAS ESTATUTÁRIAS

Art. 86 – Exceção feita ao disposto no artigo seguinte, o Estatuto deverá ser alterado sempre que emendas foram feitas pelo Conselho de Legislação do RI e mediante procedimento idêntico ao estabelecido no regimento interno do RI para a modificação do regimento interno.

Art. 87 – No concernente ao nome e a localidade do Clube os estatutos poderão ser alterados em Assembléia, em que haja quorum, pelo voto favorável de, pelo menos dois terços dos associados presentes e votantes.

§ 1º - Da alteração proposta os associados serão comunicados por via postal, com antecedência de 10 (dez) dias da data da Assembléia.

§ 2º - A alteração aprovada pelo Clube será submetida à apreciação do Conselho Diretor de RI podendo o governador dar opinião ao conselho diretor de RI com relação a alteração proposta, e entrará em vigor quando acolhida por este.

CAPÍTULO XIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 88 – O Rotary Club será dissolvido por decisão da Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

OS DOCUMENTOS E PESS... Curitiba

§ 1º - Não sendo alcançado o "quorum" estabelecido, a deliberação será tomada em segunda convocação, com pelo menos 1/3 dos associados do quadro social.

§ 2º - Em caso de dissolução ou extinção, a Assembléia Geral destinará o eventual patrimônio líquido remanescente do Rotary Club, a outro Clube, igualmente qualificado junto a Rotary International, ou a entidade qualificada como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público).

Art. 89 - O presente estatuto entrará em vigor a partir da data de seu registro no Cartório competente, revogadas as disposições em contrário.

Marmeleiro, 02 de julho de 2017.

TABELIONATO

Noeli Fantinelli Lazzaretti
Presidente

Tiago Rodrigo Ghizzi
Secretario

Ederson Roberto Dalla Costa
Advogado - OAB/PR 53.299

(A presente constituição estatutária foi alterada em Assembléia Geral Extraordinaria de 02 de julho de 2017, com a existência de quorum legal, pela unanimidade dos associados presentes).

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DAS
PESSOAS JURÍDICAS DE MARMELEIRO - PR
Rua Anacleto Gervasi, nº 50, sala 01, Centro, F (46) 3525-3439

Selo Digital Nº VDvrO ZjGEe fjcmt
Controle uTcev Y6Fve - Consulte este selo em http://funarpen.com.br

PROTOCOLO Nº 0002334
REGISTRO Nº 0000053/03 - LIVRO A-009
Marmeleiro, 07 de novembro de 2017

Marleide Buss Pereira - Oficial Registradora

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Marleide Buss Pereira
Oficial
Comarca de Marmeleiro/PR
46 3525-3439

Marileide Buss Peixoto
Oficial
Comarca de
Marmeleiro, PR
46 3525-3439

ATA 01/2023

Aos nove dias do mês de Julho do ano de dois mil e vinte e três (2023), reuniram-se na Churrascaria Marmeleiro, situada na Rua Nelson Rosalino Sandini, 305, Centro em Marmeleiro – PR. CEP: 85.615-000, atendendo ao convite de edital de convocação, especialmente para a reunião festiva de transmissão de posse da nova diretoria para o ano Rotário 2023/2024 e também para tratar de assuntos gerais do clube. A nova diretoria foi montada pelo presidente eleito por unanimidade dos sócios presentes em assembleia ordinária realizada no dia 04 de junho de 2023 na sede do clube. A Sra. Daniela Ferronatto de Almeida (Protocolo) deu início a reunião dando boas-vindas aos presentes e convocou para compor a mesa diretiva que presidirá os trabalhos desta reunião. Primeiramente foi convocada a Sra. Cristiane Piasecki, presidente do ano rotário 2022/2023, em seguida o Presidente eleito 2023/2024 Oscar Szpanic Bueno e sua esposa Tisciana Pietta Bueno, também foi convocado o Governador Assistente área 17 do Distrito 4640, ano 2023/2024 Sr. Álvaro Francescon. Após a composição da mesa diretiva a Protocolo agradeceu a presença dos convidados, autoridades, familiares e convidou a todos para em pé, cantar o Hino Nacional.

Executado o Hino Nacional a protocolo passou a palavra para a presidente 2022/2023 Cristiane Piasecki que deu as boas-vindas a todos os presentes, em especial a mesa diretiva e em seguida convidou a companheira Marcia para fazer a oração ecumênica. A protocolo, dando sequência a reunião, passou a palavra para o presidente 2022/2023 Cristiane Piasecki, o qual fez seu pronunciamento, agradecendo a todos os companheiros do clube que ajudaram muito para que seu mandato alcançasse os objetivos. Ao término do pronunciamento, a Protocolo convidou os membros que estão deixando a diretoria 2022/2023, para receber uma lembrança da presidente e a mesma, que está deixando o cargo receber uma lembrança em nome do clube e para fazer a entrega, convidou o Sr. Leandro Alexandre. Dando sequência à realização, a presidente 2022/2023 Cristiane Piasecki, faz a transferência de cargo para o Presidente Eleito 2023/2024 Oscar Szpanic Bueno, que recebe o PIN, e sob o lema "IMAGINE O ROTARY" declara encerrado o Ano Rotário 2022/2023. A protocolo, passa a formalizar a transmissão de cargo da nova diretoria, onde o presidente 2023/2024 Oscar Szpanic Bueno sob o lema "CRIE ESPERANÇA NO MUNDO", declara aberto os trabalhos para o Ano Rotário 2023/2024. Com a palavra, a protocolo, convida os novos membros da diretoria para dirigirem se até a frente, conforme segue: Vice presidente: Cristiane Piasecki; Fundação rotaria: Ligia Guindani Gehlen; Imagem pública: Giovana Cristina Pillar; Projetos Humanitários: Elaine Dos Santos Alves; Desenvolvimento Do Rotary: Volnei Felipetto; Administração Do Clube: Marcia Baggio Kock; Secretário: Daniela Ferronatto de Almeida; Tesoureiro: José Carlos Godinho Da Silva; Oficial De Intercambio: Tisciana Pietta Bueno; Protocolo: Lisandra Stein Da Silva; Instrutor Do Clube: Claudios Rubens Kock e Meio Ambiente: Leandro Alexandre. Neste momento, a protocolo convidou o agora presidente, Oscar Szpanic Bueno, a qual fez seu discurso e após todos os cerimoniais serem realizados e finalizados, a protocolo convida o

governador assistente área 17 Álvaro Francescon Ano Rotário 2023/2024, para fazer o uso da palavra e também o Governador do Distrito 4640 ano 2021/2022 Sérgio Basségio.

Para finalizar, a protocolo devolve a palavra ao presidente eleito Oscar Szpanic Bueno, que após todas as atividades realizadas, encerra a reunião sob o lema "CRIE ESPERANÇA NO MUNDO".

Não tendo mais a declarar, eu Daniela Ferronatto de Almeida, Secretária, finalizo e assino esta ata juntamente com os demais companheiros presentes nesta reunião.

Marmeleiro – PR, 09 de Julho de 2023.

Oscar Szpanic Bueno
Presidente

Daniela Ferronatto de Almeida
Secretária

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Marileide Buss Pereira
Oficial
Comarca de Marmeleiro/PR
46 3525-3439

RELAÇÃO DE PRESENTES NA ASSEMBLEIA GERAL DE ELEIÇÃO DE POSSE DA DIRETORIA DA ENTIDADE PARA O ANO ROTÁRIO 2023/2024

NOME	ASSINATURA
Paulo Cesar Flessak	
Camila Aline Casali	
Claudios Rubens Kock	
Cristiane Piaseck	
Daniela Ferronatto de Almeida	
Fabiana Mara Bressiane Marafon	
Fabio de Almeida	
Elaine Dos Santos Alves	
Giovana Cristina Pillar	
Giovani Marafon	
Jose Carlos Godinho Da Silva	
Leandro Alexandre	
Ligia Guindani Gehlen	
Lisandra Stein Da Silva	
Marcia Denise Baggio Kock	
Oscar Szpanic Bueno	
Tiago Lucas Casali	
Tisciana Pietta Bueno	
Valter Felipe Padilha	
Volnei Felipetto	

REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS DE MARMELEIRO-PR
Rua Esidoro Lirio Flach, 1183, Santa Rita, Fone Whats (46)99976-4349

Selo Digital Nº SFTD4fvKt4dwaosGVuDpF490q
Consulte em http://selo.funarpen.com.br/consulta
PROTOCOLO Nº 0005508
REGISTRO Nº 0000053/05
LIVRO A-013
Marmeleiro, 04 de agosto de 2023

Marileide Buss Pereira - Oficial Registradora

Emolumentos: R$73,80(VRC 300,00) Funrejus: R$10,56; ISSQN: R$2,21; FUNDEP: R$3,69; Selo: R$4,00; Distribuidor: R$9,53 Total: R$103,79

REGISTRO DE TITULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Marileide Buss Pereira
Oficial
Comarca de Marmeleiro, PR
46 3525-3439

CERTIFICO e dou fé, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e demais papéis deste Serviço de Registro das Pessoas Jurídicas, neles encontrei, registrado sob nº 53-006, no livro A-013, as folhas 127/128, em data 04/08/2023, um documento a seguir impresso em seu inteiro teor a partir de imagem digitalizada:

ROTARY CLUBE DE MARMELEIRO
Distrito 4640

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Comarca de Marmeleiro/PR

CONSELHO DIRETOR ROTARY CLUBE 2023/2024

Relação e qualificação dos Membros do Conselho Diretor empossados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 09 de julho de 2023. Este documento é parte integrante da ata 01/2023 o qual retifica dados, complementa dados e ratifica os dados constantes da referida ata.

PRESIDENTE
Nome: Oscar Szpanic Bueno
Função: Presidente — Estado Civil: Casado
C.P.F. 940.819.990-15 — RG. 80.705.389-97 SESP/RS
End.: Rua Rigoleto Andreoli, nº 1287, Bairro Ipiranga, em Marmeleiro - PR
Profissão: Empresário

VICE PRESIDENTE
Nome: Cristiane Piasecki
Função: Presidente — Estado Civil: Divorciada
C.P.F. 016.993.179-09 — RG. 614.0813-4 SESP/PR
End.: Avenida Macali, nº 509, apto 23, Bairro Centro, em Marmeleiro - PR
Profissão: Empresária

SECRETÁRIA
Nome: Daniela Ferronato de Almeida
Função: Secretária — Estado Civil: Casada
CPF: 037.792.699-02 — RG. 8.169.128-2 SESP/PR
End.: Viviane Nesi Meotti, nº 26, Bairro Centro, em Marmeleiro – PR
Profissão: Empresária

TESOUREIRO
Nome: Jose Carlos Godinho da Silva
Função: Tesoureiro — Estado civil: Casado
CPF: 644.319.679-15 — RG. 5.297.546-8 SESP/PR
End.: Rua Edson Perin, nº 207, Bairro Centro, em Marmeleiro - PR
Profissão: Empresário

DIRETOR DE PROTOCOLO
Nome: Lisandra Stein Da Silva
Função: Protocolo — Estado civil: casada
C.P.F. 900.323.659-34 — RG.6.186.920-4 SESP/PR
End.: Rua Edson Perin, nº 207, Bairro Perin, em Marmeleiro - PR
Profissão: Empresaria

DIRETOR DA COMISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO CLUBE
Nome: Márcia Denise Baggio Kock
Função: Administração do Clube — Estado Civil: Casada
CPF: 588.751.239-34 — RG. 4.237.401-6 SSP/PR
End.: Avenida Dambros e Piva, nº 1030, Bairro Santa Rita, em Marmeleiro - PR
Profissão: Empresária

ROTARY CLUBE DE MARMELEIRO
Distrito 4640

QUADRO SOCIAL
Nome: Volnei Felipetto
Função: Desenvolvimento Do Rotary — Estado Civil: Solteiro
CPF: 065.923.089-58 — RG: 9.506.676-3 SESP/PR
End. Rua Inácio Felipe, nº 45, Apto 501, Ed. New Center, Bairro Centro, em Marmeleiro - PR
Profissão: Empresário

INSTRUTOR DO CLUBE
Nome: Claudios Rubens Kock
Função: Instrutor do Clube — Estado Civil: Casado
C P F: 554.372.149-87 — RG:3.431.581-7
End: Av. Dambros e Piva, nº 1030, Bairro Santa Rita – Marmeleiro - PR
Profissão: Distribuição de energia

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Marileide Buss Peloia
Oficial
Comarca de Marmeleiro, PR
46 3525-3439

OFICIAL DE INTERCAMBIO
Nome: Tisciana Pietta Bueno
Função: Oficial de Intercambio — Estado Civil: casado
CPF: 036.452.209-76 — RG: 7.213.190-8 SESP/PR
End.: Rua Rigoleto Andreoli, nº 1287, Bairro Ipiranga, em Marmeleiro - PR
Profissão: Professora

PROJETOS DA JUVENTUDE
Nome: Volnei Felipetto
Função: Desenvolvimento Do Rotary — Estado Civil: Solteiro
CPF: 065.923.089-58 — RG: 9.506.679-3 SESP/PR
End: Rua Inácio Felipe, nº 45, Apto 501, Ed. New Center, Bairro Centro, em Marmeleiro - PR
Profissão: Empresário

IMAGEM PÚBLICA
Nome: Giovana Cristina Pilar
Função: Imagem Pública — Estado civil: Solteira
C P F: 088.018.919-38 — RG: 10.318.311-1 SESP/PR
End.: Rua Emilio Magno Glatt, nº 429, Bairro Centro, em Marmeleiro - PR
Profissão: Advocacia

PROJETOS HUMANITÁRIOS
Nome: Elaine Dos Santos Alves
Função: Projetos Humanitários — Estado Civil: Casada
CPF: 836.692.219-72 — RG: 5.962.669-8 SESP/PR
End: Rua Laurindo Crestani, nº 451, Bairro Centro, Marmeleiro-PR
Profissão: Professora

FUNDAÇÃO ROTÁRIA
Nome: Ligia Guindani Gehlen
Função: Fundação Rotária — Estado Civil: Casada
CPF: 052.240.679-36 — RG: 6.340.485-3
End: Av. Macali, nº 977, Apto 32 – Bairro Ipiranga – Marmeleiro - PR
Profissão: Fisioterapeuta

ROTARY CLUBE DE MARMELEIRO
Distrito 4640

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Marileide Ines Perina
Oficial
Comarca de Marmeleiro/PR
46 3525-3439

MEIO AMBIENTE
Nome: Leandro Alexandre
Função: Meio Ambiente
CPF: 064.542.266-54
End. Linha Manduri, Zona Rural, em Marmeleiro - PR
Profissão: Técnico Judiciário – Oficial de Justiça

Estado civil: Solteiro
RG: 12.718.726-6 SESP/PR

Marmeleiro/PR, 09 de julho de 2023.

Oscar Szpanic Bueno
PRESIDENTE 2023/2024

ROTARY CLUBE DE MARMELEIRO
Distrito 4640

CONSELHO FISCAL ROTARY CLUBE 2023/2024

Os membros deste conselho foram eleitos entre os associados aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três (2023), juntamente com a transmissão de posse da nova diretoria ano rotário 2023/2024 porem este fato não foi mencionado na respectiva Ata 01/2023.

Nome: Giovani Marafon
Função: Tesoureiro Estado Civil: Casado
CPF: 035.313.439-20 RG: 6.900.151-3 SESP/PR
End.: Rua Romário Rodrigues de Lima, nº 771, Centro, em Marmeleiro - PR
Profissão: Empresário

Nome: Valter Felipe Padilha
Estado civil: Solteiro
CPF: 093.317.709-79 RG: 10.523.708-1 SESP/PR
End.: Rua Para, nº 640, Bairro Centro, em Marmeleiro - PR
Profissão: Bancario

Nome: Paulo Cesar Flessak
Estado Civil: Casado
C.P.F: 793.402.029-53 RG: 4.120.615-2 SESP/PR
End: Rua Laurndo Crestani, nº 451, Bairro Centro, em Marmeleiro - PR
Profissão: Empresário

Oscar Szpanic Bueno
PRESIDENTE

NADA MAIS. Esta é a cópia fiel do referido documento, guardado em arquivo digitalizado, do qual extrai a presente certidão.Selo I SFTD3PQtLpdjzyr34uaPF490q

O referido é verdade e dou fé.
Marmeleiro-PR, 04 de agosto de 2023.

Marileide Buss Pereira
Oficial Registradora

REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
Marileide Buss Pereira
Oficial
Comarca de Marmeleiro - PR
46 3525-3439

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
11.064.806/0001-60 **MATRIZ**		**06/08/2009**

NOME EMPRESARIAL
ROTARY CLUBE DE MARMELEIRO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
PRL PR 482	**S/N**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.615-000	**CENTRO**	**MARMELEIRO**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(46) 3525-1701

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**06/08/2009**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **17/11/2023** às **15:00:47** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

LEI Nº 2.665, DE 08 DE JUNHO DE 2020.

Torna de Utilidade Pública o Rotary Clube de Marmeleiro-PR, e dá outras providências.

O **PREFEITO DE MARMELEIRO**. Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Declara de Utilidade Pública o **ROTARY CLUBE DE MARMELEIRO**, inscrito no CNPJ sob nº 11.064.806-0001-60, situada na PRL PR 482, s/nº, Chácara Gaiovicz, Centro, CEP 85.615-000, Marmeleiro-PR.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Marmeleiro, Estado do Paraná, aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

JAIMIR DARCI GOMES DA ROSA
Prefeito de Marmeleiro

Publicada no DOE de Edição nº 757, de 09 de junho de 2020.

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 5.575, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1969.

Reconhece de utilidade pública as unidades do "Lions Clube" e do "Rotary Club do Brasil", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , faço saber que o **CONGRESSO NACIONAL** decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º São reconhecidos de utilidade pública os "Lions Clube do Brasil", os "Rotary Club do Brasil" e tôdas as suas unidades existentes no País, sociedades civis sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, e filiados, respectivamente, à "Associação Internacional dos Lions Clubes" e "Rotary Internacional".

Parágrafo único. A declaração de utilidade pública alcança, também, as sociedades "Casa da Amizade", constituídas pelas espôsas dos integrantes dos "Rotary Club do Brasil", e dedicadas à prática de assistência aos desvalidos. (Regulamento)

Art 2º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei dentro de 60 (sessenta) dias de sua publicação.

Art 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de dezembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

EMÍLIO G. MéDICI
Alfredo Buzaid

Este texto não substitui o publicado no DOU de 19.12.1969